

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu

Portador (a) do RG. nº _____ E CPF nº _____

residente à _____ n° _____

CEP: _____ Bairro: _____ Cidade: _____

- ☐ Não possuo bens e não declaro imposto de Renda à Receita Federal.
- ☐ Não possuo bens, mas declaro imposto somente da Renda à Receita Federal, conforme cópia anexa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.
- ☐ Possuo bens e valores e os declaro à Receita Federal, conforme cópia anexa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.
- ☐ Possuo bens e valores, não declaro imposto de Renda à Receita Federal. Informo que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e valores relacionados abaixo, em cumprimento ao Artigo 13 da Lei Federal nº 8.429/92, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.483/2005:

[illegible]

As afirmações prestadas por mim são a expressão da verdade e as declaro sob penas da lei.

Limeira, _____ de _____ de _____

Assinatura

A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA
DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES – IMPOSTO DE RENDA

NOME DO DECLARANTE: _____

MATRICULA: cargo 1: _____ cargo 2: _____

CPF: _____ **RG:** _____

ENDEREÇO: _____ **BAIRRO:** _____

CEP: _____ **CIDADE:** _____ **ESTADO:** _____

DEPENDENTES	GRAU PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO

Declaro, sob a pena de lei, para efeito de desconto do imposto de renda retido na fonte, que a(s) pessoa (s) acima identificada(s) é (são) dependente (s) direto (s) de minha renda, enquadrando-se em uma das situações a seguir, **ANEXAR – CERTIDÃO DE NASCIMENTO - CPF / RG (SE TIVER) DO DEPENDENTE.**

- Filho (a) ou enteado (a), até 21 anos de idade;
- Filho (a) idade, quando ou enteado (a), em qualquer idade incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- Filho (a) ou enteado (a) universitário ou cursando escola técnica de segundo grau, até 24 anos;
- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem você detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a), sem arrimo dos pais, com idade de 21 anos até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que você, contribuinte, tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos;
- Menor pobre até 21 anos que você, contribuinte, crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;
- Pessoa absolutamente incapaz, da qual você seja tutor ou curador.
- No caso de pais separados, é considerado dependente o filho que fica com o pai ou a mãe, em decorrência de cumprimento judicial.
- Companheiro (a) com quem você tenha filho em comum;
- Companheiro (a) com quem você viva há mais de cinco anos;
- Cônjuge
- Pais, avós e bisavós que, em 2023, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até R\$ 25.344,00. Aqui, um alerta: um casal que declara seus rendimentos em conjunto pode incluir o sogro e a sogra como dependentes. Como os pais são legalmente considerados dependentes dos filhos e a declaração será realizada com base nos rendimentos do casal, os pais de ambas as partes podem entrar na declaração.

Limeira, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Constitui crime de sonegação fiscal: prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deve ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei; fornecer ou omitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as com o objetivo de obter redução de tributos

DECLARAÇÃO QUE NUNCA FOI EXONERADO/DEMITIDO

EU _____,

PORTADOR (A) DO RG. nº _____ E CPF nº _____

RESIDENTE À _____ Nº _____

BAIRRO _____ CEP: _____

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE NUNCA FUI EXONERADO/DEMITIDO DO SERVIÇO PÚBLICO EM CONSEQUÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

AS AFIRMAÇÕES PRESTADAS POR MIM SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE E AS DECLARO SOB PENAS DA LEI.

LIMEIRA, _____ DE _____ DE _____.

ASSINATURA

Declaração de exercício ou não de atividade privada

Eu, _____, RG
nº _____, CPF _____, residente a Rua
_____, nº _____ Bairro:

_____ na cidade de _____

Estado de _____, declaro para os devidos fins de posse em cargo/emprego público, junto à
Prefeitura Municipal de Limeira, que:

☐ Não exerço nenhuma atividade remunerada na área privada.

Possuo:

- ☐ MEI: Micro Empreendedor Individual
- ☐ ME - Microempresa
- ☐ EPP- Empresa de Pequeno Porte
- ☐ EI - Empresa Individual
- ☐ Sociedade Limitada Unipessoal
- ☐ Sociedade Empresaria Limitada
- ☐ Sociedade Simples
- ☐ Sociedade Anônima.

1. Ramo da Atividade: _____

2. Início da Atividade: ____/____/____

3. Endereço do Local: _____

4. Jornada diária: _____

5. Horário de entrada: _____

6. Horário de saída: _____

Limeira, _____ de _____ de _____.

Assinatura

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu _____
RG _____, CPF: _____ declaro, para fins
de posse no cargo de _____ junto a Prefeitura
Municipal de Limeira, que:

Não **EXERÇO** cargo, função ou emprego público junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 05/10/1988.

☐ DECLARO que o último emprego exercido foi no serviço público, junto ao Município/ Empresa _____ e estou ciente que deverei apresentar junto à documentação solicitada para posse, a cópia da portaria de exoneração ou afastamento ou cópia da rescisão ou ainda cópia da CTPS com a devida baixa no registro.

DECLARA, outrossim, QUE NÃO PERCEBE proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja **inacumulável** com a carreira em que tomará posse.

DECLARA, mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Limeira, qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar previsto na Lei nº. 41/91, de 20/06/1991.

DECLARA, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-o às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARA, por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Limeira, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

Eu _____,
RG _____, CPF: _____ declaro, para
fins de posse/contratação no cargo de _____
junto a Prefeitura Municipal de Limeira, que:

() Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) :

junto ao Município _____ Estado: _____, conforme
declaração da carga horária em anexo. **(obrigatória apresentação da declaração constando a carga
horária, para análise da acumulação pretendida).**

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"XVI - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I. A de dois cargos de professor;

II. A de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III. A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"

"§ 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20 de 15/12/1998

Art. 11 – "A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo."

Art. 218 - LEI 869 DE 05/07/52

"A autoridade que tiver ciência ou notícia de ocorrência de irregularidade no Serviço Público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata, por meios sumários, inquéritos ou processo administrativo."

Art. 249 - LEI 869 DE 05/07/52

"A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I - acúmulo ilegal de cargos, funções ou cargos e funções."

Limeira, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA